

CORREIO.REAL

4

www.reallisboa.pt

06 . O 5 de Outubro
em Guimarães

08 . Entrevista
Paulo Teixeira Pinto

14 . Centenário da República
vamos fazer história

18 . XVI Congresso da Causa Real
em Viseu

Pague as suas quotas com comodidade através do nosso sítio: www.reallisboa.pt



O 5 de Outubro
em Guimarães



Entrevista

Paulo Teixeira Pinto



Com o objectivo de se distanciar da segunda República onde cohabitaram subjacentes ideologias opostas, unidas sobretudo pela reacção aos desmandos da primeira e que encontrou na exaltação dos símbolos e valores da História Pátria com uma fictícia "união nacional", a República que resultou do 25 de Abril apagou da sua prática política, ou tão só minorizou, a elevação e recordação das datas que afirmam a nossa identidade nacional e a nossa independência que são, para qualquer nação que se preze, factor de coesão. Por certo, para além deste distanciamento político, também as convicções federalistas de alguns políticos estão na génese deste regime de trinta e seis anos. A República preferiu sempre evidenciar e festejar as datas de acontecimentos que dividiram os portugueses, num fervor revolucionário que lhe está na origem. Contra as opiniões de alguns, que entre nós também consideravam indispensável pôr o acento tónico da celebração do 5 de Outubro, dia da implantação da República, numa contra celebração de contestação ao regime centenário, decidiu a Causa Real comemorar o dia em que, pelo tratado de Zamora, em 1143, D. Afonso Henriques foi reconhecido como rei e o Condado Portucalense como reino, tanto pelo Rei de Castela, como pelo legado pontifício.

Celebração que se fez, simbolicamente, em Guimarães, berço da nacionalidade, e no Paço dos Duques de Bragança, que assumiram em 1640 a Dinastia que reinou até 1910, numa manifestação de lealdade ao Chefe da Casa Real e sucessor dos reis de Portugal. A presença de muitas centenas de portugueses idos de todos os pontos do País e a importante alocução do Senhor Dom Duarte, marcaram esse dia que a comunicação engajada ao regime não pôde ignorar - em que, também, um numeroso grupo de monárquicos contestou na Praça do Município de Lisboa as comemorações oficiais do centenário da República. Recordar-se em 1 de Dezembro a restauração da independência e soberania de Portugal. Como já é tradicional os monárquicos irão iniciar as celebrações na noite do dia 30, em memória dos que arriscaram "vida e fazenda" para libertar a Pátria do domínio estrangeiro, no Jantar dos Conjurados, que se reunirá, em festa, em torno da Família Real, numa manifestação de fidelidade aos valores da portugalidade e a Quem os encarna. Neste ano de 2010, em que o Estado republicano esbanja o dinheiro que não tem a comemorar cem anos de regime, e em que os monárquicos celebram os 940 anos da fundação da nacionalidade e os 370 de recuperação da independência, é preciso mostrar que valorizamos a memória do que nos une como portugueses e que, unidos, queremos construir um futuro de independência nacional e de liberdade com o Rei. Não podemos e não devemos faltar.

João Mattos e Silva

Sumário

06 . O 5 de Outubro em Guimarães

08 . Entrevista Paulo Teixeira Pinto

14 . Centenário da República vamos fazer história

18 . XVI Congresso da Causa Real em Viseu



Arruada em Lisboa



Fotografia: Maria Augusta Meneses (<http://reallamilportuguesa.blogspot.com/>)

No dia 18 de Setembro, um grupo de associados da Real Associação de Lisboa, apoiados por monárquicos de Aveiro e da Real Associação do Médio Tejo, realizou uma acção de rua, com início na Praça Luís de Camões, que percorreu várias artérias do Chiado e da Baixa, com passagem pela rua Garrett, Rossio, Rua Augusta, Terreiro do Paço e Câmara Municipal de Lisboa. Com palavras de ordem a favor da Monarquia, e distribuição de panfletos e bandeiras de papel monárquicas, fizeram-se contactos com a população que recebeu muito bem os participantes e muitos foram os que se lhes dirigiram a pedir o material de propagnada e manifestando a sua simpatia pelas mensagens transmitidas.

Prepare já as suas compras de natal



O jogo da Restauração é um divertido e didáctico jogo de mesa para pais e filhos, tipo jogo da Glória, produzido exclusivamente para a Real Associação de Lisboa. Elegante tabuleiro ilustrado com os episódios decisivos que conduziram à aclamação de D. João IV na casa de chegada.

Descubra mais em:

www.reallisboa.pt



Uma exposição à margem da propaganda

No dia 4 de Outubro no Palácio da Independência em Lisboa mais de uma centena de pessoas estiveram presentes na inauguração duma exposição sobre "A Repressão da Imprensa na 1ª República", feita à margem das comemorações oficiais dos cem anos da república portuguesa e da investigação oficial sobre os primórdios do regime republicano, evento que contou com a presença do jornalista e cronista José Manuel Fernandes, como convidado especial. Concebida por Carlos Bobone

e organizada pela Plataforma do Centenário da República, a mostra incluiu mais de quarenta peças e documentos originais do próprio historiador e alfarrabista assim como da colecção particular da Dra. Telma Rodrigues. A exposição esteve patente durante duas semanas e foi visitada por centenas de curiosos a quem foram distribuídos gratuitamente mais de seiscentos elucidativos catálogos. A iniciativa contou com o apoio da Causa Real, na pessoa do seu presidente Dr. Paulo Teixeira Pinto, e foi possível graças à boa vontade do Sr. Jorge Campos e restante direcção da Sociedade Histórica da Independência de Portugal. De registar igualmente o excelente contributo de Paulo Seabra na montagem da exposição e de Paulo Correia, designer gráfico, na concepção do catálogo.



Inauguração da Sede da Juventude Monárquica de Lisboa

Fotografia: Raul Bugalho Pinto



No dia 25 de Junho foi inaugurada a sede da Juventude Monárquica de Lisboa (JML), nas antigas instalações da Real Associação de Lisboa (RAL), na Rua do Carrião, que sofreram obras de recuperação e adaptação. Presidiu ao acto S.A.R. o Senhor Dom Duarte, Duque de Bragança, acompanhado por SS AA RR a Senhora Dona Isabel e o Príncipe da Beira, D. Afonso de Santa Maria. Depois de visitar as instalações, a Família Real acompanhada pelos membros da Direcção da JML e pelos Presidentes da Assembleia e da junta de Freguesia de S. José, receberam as saudações do presidente da Real Associação de Lisboa que referiu a certa altura, dirigindo-se aos jovens, que "cem anos passados sobre a revolução que nos impôs o regime em decadência acentuada em que vivemos, é preciso esclarecer que ao privarem-nos do Rei, a "Pátria com figura humana" de que falou António Sardinha, ao privarem-nos da representação verdadeiramente nacional e da independência e supra partidarismo que o colocam como pedra de toque na arquitectura da Nação e do Estado, possibilitando e favorecendo o desenvolvimento da Democracia, conduziram os portugueses para caminhos de injustiça, de sofrimento, de divisão no essencial, de longos anos de privação da liberdade,

de um presente cinzento e sem grandeza e de um futuro envolto no nevoeiro da dúvida e da incerteza. É preciso que todos entendam que quando proclamam "Eu quero um Rei", estão a afirmar que, para bem de Portugal, estão a transmitir a mensagem do grande escritor, historiador e defensor da liberdade, Alexandre Herculano, que nos disse, há quase duzentos anos, que "Se mandarem embora os Reis, não-se voltar a chamá-los". Seguiram-se no uso da palavra o presidente da Juventude Monárquica de Lisboa, Duarte Seabra Calado e o Presidente da Junta de Freguesia de S. José, Vasco Morgado, que manifestou a sua alegria pela presença da Família Real naquela autarquia lisboeta. Na sala de entrada foi depois descerrada por S.A.R. o Príncipe da Beira, uma placa comemorativa a que assistiram várias dezenas de monárquicos. Acompanhada por todos os presentes e conduzida pelos autarcas da freguesia, a Família Real dirigiu-se a pé até ao Jardim do Torel onde, com o apoio da Junta e da Escola Básica, se realizou um jantar com fados, cantados por jovens fadistas, entre os quais Teresa da Câmara, Teresinha Landeiro e Gustavo Pinto Basto e a actuação de um rancho que dançou folclore minhoto.

Se algum dia mandarem embora os Reis Vão ter de voltar a chamá-los *

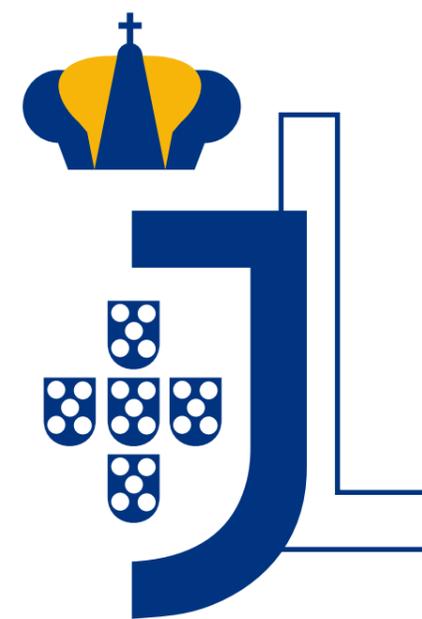
Alexandre Herculano

A história confirma-nos que é necessário distância temporal dos acontecimentos para se poder fazer uma avaliação justa dos mesmos. Foi isso que todos nós fizemos durante este ano, nas celebrações do centenário da Implantação da República. A falta de interesse e participação do Povo português nas cerimónias, conferências e palestras de louvor à República, vem confirmar o seu descontentamento! Estas celebrações não foram mais que um tiro no pé, para a organização, onde foram gastos dez milhões de euros em algo que ninguém percebeu bem, exposições sem participação, celebrações que passaram ao lado, e a única coisa a marcar o centenário é a inauguração duma fundação que nada tem a ver com o centenário. Mas penso que para nós, monárquicos, foi positivo: involuntariamente foi-nos dado a oportunidade de desmascarar e desmistificar algumas mentiras criadas em volta da Monarquia, com debates, exposições e livros. Há cerca dum mês, a convite da Associação Académica IEP Católica, estive presente no debate por ela organizado, com o tema "Foi a primeira República exemplo de Liberdade?", onde curiosamente foi feita uma votação no início; cerca de 70% afirmava que sim. Depois do debate repetiu-se a votação e 80% dos presentes não considerava já que tivesse sido exemplo de liberdade. Encontrei neste debate a confirmação que os portugueses precisam de ser esclarecidos e quando confrontados com a verdade, conseguem confirmar o que dizia Alexandre Herculano. É preciso agora continuar, aproveitar esta onde de interesse e fomentar debates, exposições e livros. E devo referir, neste último aspecto, que é de louvar a iniciativa de alguns jovens associados da Real Associação de Lisboa, que escreveram um livro com o seu olhar pessoal sobre a Monarquia. Há que continuar este trabalho de esclarecimento e estendê-lo a cada mais vez mais jovens.



Discurso de Duarte Seabra Calado

foram gastos dez milhões de euros em algo que ninguém percebeu bem



Juventude Monárquica de Lisboa

Começemos pela já tão repetida questão: como, porquê, desbaratar dez milhões de euros na comemoração do centenário de um regime que nada, rigorosamente nada, trouxe de bom a Portugal? A resposta está no número, que é o símbolo perfeito da nossa tristíssima realidade. O número expressa a sinecura e a sinecura é um, haverá mais, sinónimo da República portuguesa. Por isso, a acérrima defesa do restrito grupo de republicanos que por cá se pavoneiam. Por isso o, dispêndio, o investimento, afinal. Para tapar o sol com a peneira e deixar tudo como antes o negócio florescendo e a Europa agora incumbida de pagar as obras que a República reivindica como méritos seus. As costumeiras grandezas dos *grandellas*.

Nem houve meios da Comunicação Social a ocultar o fracasso em que se traduziram essas comemorações oficiais de um regime caduco e falido, de chapéu estendido à porta da Banca internacional a pedir esmola. O povo alheou-se, voltou-lhe as costas, sem emprego, com fome e sem rumo. Enquanto isso... Numa cidade com um significado histórico impar, realizou-se um outro evento. A revelia do Estado, é claro. Quase sem meios (sobretudo financeiros) e sem autorizações da burocracia instalada. A mensagem SMS, as redes sociais, os blogs, publicitaram a iniciativa e apelaram aos portugueses venham a Guimarães! Tratava-se de festejar a fundação da Nacionalidade, invocando a data histórica 5 de Outubro de 1143 do Tratado de Zamora.

>>>

Fotografias:

Maria Augusta Meneses (<http://realfamiliaportuguesa.blogspot.com/>)
João Afonso Machado



Unidos em torno de D. Duartenão haverá arruaceirismo nem ditaduras encapotadas que impeçam os portugueses de acreditar novamente em Portugal.

Quando, vergados ao peso das inevitabilidades - os demais reinos peninsulares reconheceram a independência, a identidade própria de Portugal. E tratava-se, também de aclamar na pessoa do Senhor D. Duarte II, Duque de Bragança, a Nobre Instituição que, desde D. Afonso Henriques, vêm concatenando o destino e o querer de Portugal e dos portugueses. Contra factos não há argumentos. Em ponto algum do País houve, em 5 de Outubro passado, alguma manifestação republicana tão mobilizadora e entusiasmada quanto a monárquica em Guimarães. Entretanto, em Lisboa,

outro grupo monárquico a *Carbonara Movimento de Massas* gritava bem alto, mesmo ao lado da discursata dos governantes, "Viva o Rei!", "Viva o Rei!". A polícia à paisana (aquele ser suspeito, de óculos escuros e aspecto de capanga) não foi capaz de conter a torrente. E a República ouviu o que não queria, na pessoa dos titulares dos seus órgãos de soberania. Ficamos por aqui? Claro que não. Guimarães foi uma pequena parcela de algo muito maior que não podemos consentir permaneça dispersa. Lisboa, a lição da irreverência e do seu lugar no palco da política. A ninguém esquece os tempos de miséria já próximos, o efeito real de um século de República. Unidos em torno d'El-Rei D. Duarte III, empenhados, organizados e actuantes não haverá arruaceirismo nem ditaduras encapotadas que impeçam os portugueses de acreditar novamente em Portugal. Através da Monarquia, necessariamente.

Fotoreportagem



Paulo Jorge de Assunção Rodrigues Teixeira Pinto nasceu em Luanda, 10 a de Outubro de 1960 e donde regressou em 1975. Depois de frequentar o Liceu Nacional Padre António Vieira, em Lisboa, licenciou-se em Direito, simultaneamente na Universidade de Lisboa (variante de Ciências Jurídico-Políticas) e na Universidade Livre de Lisboa (variante de Ciências Jurídicas). Eminente advogado e consultor jurídico, foi chamado por Cavaco Silva para o XII Governo Constitucional, primeiro como subsecretário (1991-1992), depois como secretário (1992-1995) de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, funções que acumulou com as de porta-voz do mesmo Governo. Após uma carreira na banca, onde ascendeu a director-geral, secretário-geral e presidente do Conselho de Administração do Banco Comercial Português iniciou, em 2008 um ambicioso projecto editorial, a Babel, que reúne algumas das mais prestigiadas marcas da edição nacional.

Profissional e político batalhador e bem sucedido, movimentou-se como poucos no regime que conhece bem e para cuja transformação vem lutando pelo lado de dentro, concedendo deste modo à nossa Causa uma imagem actual e potenciadora duma renovada consideração pelos poderes instalados.

Foi no antigo edifício da Verbo, ao lado da Gulbenkian, hoje o quartel-general da Babel, que Paulo Teixeira Pinto, Presidente da Causa Real, nos recebeu. Num espaço redecorado por si de forma arrojada, com salas abertas e luminosas, com objectos do dia-a-dia que conhecem aqui novos usos e contextualizações, falou-nos não só da Causa a que se dedica, mas também de outros aspectos mais pessoais ou da sua actividade político-partidária.

P: Nasceu em Angola e veio para Portugal com 15 anos?

R: Sim.

P: E a sua família aqui em Portugal, de onde é que era?

R: O meu pai era de Alijó. O concelho em Portugal que deve ter mais tipos de vinho... Mas o meu pai saiu de lá muito novo. A minha mãe é de Lisboa.

P: Ainda tem alguma relação com Alijó?

R: Não, não.

P: Tem aquela marca africana na memória tal como tantos portugueses?

R: Há uma coisa em que sou muito pouco português, que é na saudade. Desde sempre me lembro de ser assim. Vivo sempre obcecado com o amanhã e não com o ontem. Guardo uma memória mas não me viro para ela, vivo sempre a pensar nas coisas que tenho para fazer e não nas coisas que já vivi. E as coisas que já vivi foram tão intensas que não precisam de ser revividas. Não perder a memória é uma coisa, viver das memórias ou para as memórias é outra completamente diferente. Portanto tenho essa memória mas sempre me senti ao contrário de muita gente que se afirmava angolana como a oposição a ser português. Eu sempre me considerei um português nascido em Angola, da mesma maneira que podia ter nascido no Alentejo ou em Trás-os-Montes. Recordo-me de um antigo professor meu uma vez dizer-me que eu era transmontano e eu imediatamente corriji: "calma lá, eu não sou transmontano!" - e ele disse "Mas a família do seu pai, a família paterna não tem origem em Trás-os-Montes?" - e eu disse "sim." - E ele respondeu-me: - "Pois, isso é o que interessa, não é onde se nasce. Nosso Senhor Jesus Cristo também nasceu numa manjedoura e não era burro..."

P: Acha que por ter nascido em África adquiriu uma sensibilidade diferente

R: Ninguém corta um vínculo a uma terra. Queiramos ou não, estamos sempre vinculados a onde nascemos, não é? Durante algum tempo perguntavam-me onde é que eu tinha nascido e eu para simplificar dizia no Hemisfério Sul. Mas, objectivamente, pertenço aqui. A partir do momento em que saí, não pensei nem agi como se fosse voltar. A circunstância em que voltei é daquelas coisas que só acontece num filme ou num romance, não acontece na vida real. Saí de lá quando ia fazer 15 anos, num avião de refugiados na prática, essa era a situação em que estávamos porque foi de um dia para o outro no meio da guerra civil - e voltei exactamente 30 anos depois para abrir um banco. É uma coisa um bocado estranha, estar 30 anos sem lá ir. A última memória que tinha era aquela e depois quando voltei fui para estar com as autoridades angolanas a abrir um banco.

P: Muita gente que veio de África teve dificuldades em adaptar-se a Portugal, mas no seu caso...

R: Em parte, se calhar, porque continuaram a viver num mundo de relação que transportaram para cá, num microcosmos que mudou de inserção, que mantinha as mesmas referências, as mesmas pessoas. Eu não. Eu integrei-me naturalmente, senti-me de tal forma que nunca mais estive com os amigos de lá. Mas depois a pessoa faz-se de adaptações, portanto, como pessoa social que todos temos que ser, reconstruí a minha vida como tive que reconstruir as minhas relações. Aliás, às vezes até digo que este próprio escritório é uma parábola da minha vida: dar uma nova utilidade a coisas velhas...

P: Já vividas...

R: Já vividas, que passem a ter uma nova vida com um novo paradigma.





P: Agora vamos entrar numa parte mais da sua vida política. É um militante destacado do PSD, que é um partido de poder, e preside à Causa Real, que tem uma natureza totalmente diferente...

R: Não é que eu tenha alguma obsessão ou faça questão de ser contra o que quer que seja, mas mesmo quando estive no poder era um bocado contra corrente porque eu estive quatro anos no Governo com o Prof. Cavaco Silva, tive assento no Conselho de Ministro e fui porta-voz com 31 anos, mas durante os quatro anos em que lá estive nunca fui filiado no PSD.

P: Nunca foi?

R: Ou seja, fui para lá com o estatuto de independente e achei que devia sair com o estatuto de independente apesar de ser visto como alguém muito próximo do Primeiro-Ministro, alguém que podia ter feito facilmente uma carreira partidária à sombra disso. Mas só me inscrevi no PSD no dia em que o PSD perdeu as eleições. Portanto, a minha relação com o poder também é contra a corrente. Na altura em que não tinha nada que pudesse pedir, nem me interessava pedir, na altura em que o PSD não tinha nada para me dar, foi quando me inscrevi como militante, exactamente no dia seguinte à derrota eleitoral depois de 10 anos de poder, em Outubro de 95, já lá vão 15 anos. E nestes 15 anos nunca aceitei nenhum cargo no PSD. Nenhum cargo partidário, nem importante, nem médio importante, de nenhum tipo, E certamente nunca aceitei no futuro.

P: Mas, apesar de tudo, conhece o PSD, conhece as pessoas do PSD, deve notar uma grande diferença nessa questão do poder. Na Causa Real, não temos essa perspectiva.

R: Eu acho que os monárquicos não podem ser vistos como um gueto ou como um grupo político anteposto aos partidos políticos. O ideal é que haja monárquicos no PSD, o mais possível, mas que também haja no CDS o mais possível, no PS o mais possível, já não direi no PC mas também gostaria que fosse possível. Precisamente sendo o Rei a unidade nacional não há porque ser representante de alguns, muito menos de um grupo político. O Rei deve ser o representante da unidade nacional e a unidade é composta por pluralidade e essa pluralidade deve ser tão ampla quanto possível. Portanto, os monárquicos, a meu ver, não podem ter uma ideologia própria, nem um programa de executivo próprio, nem um programa de acção que os distinga de outros. Os monárquicos são monárquicos dum partido como podem ser doutro como os católicos podem ser do PS como podem ser do CDS como podem ser do PSD. Por isso mesmo sempre achei que não poderia haver um partido católico ou um partido cristão ou o que fosse.

P: Porque cria guetos...

R: Porque cria guetos e nós devemos estar integrados na sociedade e aquilo que nos distingue dos outros todos é a nossa opção pela chefia do Estado. Portanto, eu não fui para o Governo por ser monárquico mas também não deixei de ir apesar de ser monárquico. Mas é inevitável que surjam carimbos e os carimbos não servem para as pessoas pensarem, servem para as pessoas agirem com preconceitos. Por exemplo, quando fui indigitado presidente do BCP disseram logo de mim que era monárquico, o que ainda é verdade, e que era do Opus Dei, o que na altura era verdade e hoje não é. Mas, na altura, o facto destas duas coisas serem verdade serviu para as pessoas criarem um estereótipo. Corri o risco de que as pessoas me avaliassem e julgassem conhecer em função de um preconceito, que não era só um estereótipo, distorcia a realidade, mas os dois factos eram objectivamente verdadeiros e achei que os devia dizer. Para mim, é tão simples como isso.

P: Mas é mais fácil mobilizar as pessoas quando se trata de um partido próximo do Poder?

R: A Causa Real nunca é e espero que nunca sirva de veículo de tomada de poder do que quer que seja, mas a natureza humana é mesmo assim. As pessoas estão mais próximas dos que têm sucesso e dos que são mais conhecidos. Estão ou não estão presentes em função de poderem ganhar alguma coisa e serem vistos. Não todos...

Entrevista

acima da questão do regime monarquias/ repúblicas, existe o País. Existe a nação que está acima Dos interesses partidários e das divisões.

P: Será então por isso que a Causa Real nem sempre consegue mobilizar os muitos monárquicos que há em Portugal?

R: Eu não diria isso, porque nós não estamos num pressuposto que é o poder, mas a verdade é que se estivesse próxima ou iminente uma mudança de regime, de certeza que muita gente se posicionava de outra maneira. Passavam a ter uma disponibilidade que hoje não têm.

P: Essa falta de mobilização desanima?

R: Eu abordei esse tema, espero que com clareza, na minha intervenção do Congresso de Viseu da Causa Real, quando disse que não é pelos que faltam, não é pelas dificuldades, não é pelas ausências, não é pelas faltas que nós devemos deixar de fazer o que fazemos porque também não era por eles que o fazemos. É por fidelidade e convicção. Nós não fazemos isto por um grau de probabilidade, não se vai para um combate pela perspectiva de poder ou não ganhar em função das probabilidades, vai-se porque se acredita. Vai-se porque se tem de combater. Os que vão pelas probabilidades não jogam, jogam no Totoloto, no Totobola, assinalam com a cruzinha em quem acham que vai ganhar o jogo, nós não estamos a pôr 1, X ou 2, nós estamos num jogo de fazer aquilo que temos de fazer.

P: Ainda relacionado com esse tema, às vezes julga-se que os monárquicos são, e esse é um dos preconceitos de que estivemos a falar, de uma determinada elite social, determinados nomes e famílias que associamos a poder económico. Ora justamente um dos problemas que a Causa Real tem é a tal falta de meios, que por vezes não faltam aos partidos, sobretudo aos partidos que têm a perspectiva de chegar ao poder rapidamente. Acha que essa questão da falta de contribuições financeiras, que impede a realização de muitas iniciativas, é um problema concreto?

R: É. Já é até um problema de falta de solidariedade. Eu não posso dar pormenores, mas sei como se resolveu a questão do 5 de Outubro do ano passado e do aluguer do barco e de tudo quanto esteve subjacente àquela noite memorável que nos levou até à sede da Causa Real, do Cais do Sodré até ao Chiado. E isso não deixa bem toda a gente.

P: Para terminar esta questão do PSD, falta da revisão da Constituição, de que foi coordenador. A determinada altura falou-se da possibilidade de alterar a disposição constitucional que impõe um regime republicano a Portugal. Como monárquico, teve esse dilema, essa perspectiva?

R: Ainda antes da comissão fazer qualquer trabalho, surgiu logo uma crítica de dentro do PSD, aliás, até do antigo presidente, Dr. Pedro Santana Lopes, a perguntar como era possível um

monárquico coordenar o projecto da Revisão da Constituição. A Constituição aplica-se a todos, aos republicanos e aos monárquicos. E nós não somos cidadãos com limitações, não temos limitação de direitos em relação a qualquer outro cidadão. Eu assumo a minha cidadania de pleno direito, considero que é um direito e é um dever participar civicamente também. E que acima da questão do regime monarquias/ repúblicas, existe o País. Existe a nação que está acima dos interesses partidários e das divisões. Eu, que nunca aceitei nenhum cargo partidário, aceitei esse encargo convencido de que valia a pena propor algumas coisas Essenciais para o futuro do País. Mas não o fiz pressupondo que devia pôr as minhas ideias todas, fazer das minhas ideias um projecto. Porque senão eu escrevia o meu próprio projecto de revisão constitucional e não o do PSD. E o PSD não é um partido monárquico. Não é que seja um partido republicano, tem monárquicos e republicanos, é um partido de poder. Portanto, não cabia ao PSD tomar uma iniciativa nessa matéria, porque não cabe ao PSD fazer isso. Por exemplo, em matéria de impostos, defendo a Taxa Marginal Única, mas não tenho que estar a pôr isso num projecto de revisão constitucional porque não é essa a posição do PSD. Pus alguma coisa em contrário ao que acredito? Não, porque senão não estava lá. Se constasse de Lá algo que não acredito, ia-me embora. Agora, o que é importante em que de acordo com as regras constitucionais pode-se discutir qualquer artigo que esteja integrado numa proposta, não se pode discutir artigos novos, pode levantar-se nova questão, pode-se alterar o que se quiser mas não se pode mexer em artigos que não tenham sido objectos de proposta. E este artigo foi objecto de proposta, portanto, a partir do momento que a proposta esteja realizada, os monárquicos têm toda a legitimidade de pedir que também seja discutida no processo de revisão constitucional.

P: Acha que os monárquicos, a Causa Real, as Reais Associações poderiam, também, associar-se a outras causas da sociedade, causas que obviamente não se podem desenvolver dentro dos jogos partidários, mas, por exemplo, ecologia, defesa de património, defesa dos valores culturais...

R: Pode, no exercício de liberdade de cada um, não como emanção de uma vontade monárquica. O Senhor D. Duarte tem tomado posições nessa matéria que correspondem às suas próprias convicções e é possível que republicanos concordem com isso, mas não é obrigatório que todos os monárquicos tenham que estar de acordo com todas essas posições. Eu não acho que ser monárquico implica obrigatoriamente uma determinada visão de política agrícola, da política industrial ou da política de obras públicas mas acho que implica ter uma política de respeito pelo ambiente, pelos direitos dos outros, pela preservação do património, isso sim, porque faz parte da nossa maneira de ser. Mas acho que não devem ser, institucionalmente, a Causa Real ou as Reais Associações a fazê-lo, devem ser as pessoas que estão na Causa Real, nas Associações...

P: Mesmo aí poderia causar a tal divisão. Vamos supor: a Causa Real passa à defesa de um determinado edifício que está em perigo ou ecossistema, acha que mesmo aí...

R: Acho que não. A Causa Real é só uma plataforma que une pessoas que poderão ter muitas coisas em comum, e desejo que tenha o maior número possível de coisas em comum, mas aquilo que tem de ser o denominador comum, factor de agregação, é pretenderem o Rei como Chefe de Estado.

Entrevista

Três autores
para se compreender o Portugal de hoje:

Padre António Vieira, em especial o seu livro
"A História do Futuro".

Fernando Pessoa, não exclusivamente com a
"Mensagem" mas com muitos dos ensaios
Teixeira de Pascoaes.

Qual o principal defeito
no modo da Sociedade portuguesa
encarar os monárquicos?

Preconceito

Qual o principal defeito
dos monárquicos portugueses?

Indolência



P: Para acabarmos, quais as principais razões que encontra para se continuar a defender a Monarquia em Portugal.

R: Já uma vez escrevi que desde de muito cedo me lembro de ser monárquico. Não resultou de uma opção neutra, racional de um dia em que acordei e disse: "Vou, agora, meditar longamente sobre as vantagens de ser republicano ou monárquico". Há uma intuição, uma zona emocional. No meu caso foi depois desse lado, digamos, emocional, parte do reconhecimento de que Portugal, como um todo, é uma construção Real. A identificação histórica de Portugal foi feita através de Reis e foi a Coroa que fez a unidade portuguesa. E portanto, por um lado, é esse reconhecimento dessa legitimidade histórica à qual me sinto fiel. Por outro, pensando no futuro, sobretudo na sociedade em acelerado processo de integração e ebulição de diferenças. Um Rei pode ser um factor de agregação do povo, mais do que um símbolo do Estado, que tende a ter uma diminuição da sua importância.

*Portugal, como um todo,
é uma construção Real.
A identificação histórica de Portugal
foi feita através de Reis e foi a Coroa
Que fez a unidade portuguesa.*

Duarte Calvão e João Távora

A INCERTEZA DA REACÇÃO

Desconhecemos de onde viemos e não estamos particularmente interessados em saber para onde nos carregam.

Como já alguém disse, parece que a situação do país vai piorar antes de piorar. Mais ainda. O que me assusta, na verdade, não é a situação periclitante em que nos encontramos. Estou seguro que, em mil anos de história, este não será o pior cenário que vivemos. Mas será, na minha relativamente curta existência, o pior que testemunho. Os momentos particularmente difíceis e a percepção partilhada do risco iminente sempre catalisaram a unidade. Perante o inimigo comum, esqueciam-se clivagens e dissídios internos. Sublimavam-se os impulsos de facção e adiam-se legítimas discrepâncias. Sempre em vista de um objectivo maior. Ao toque de rebate, perfilava-se um exército único, capitaneado por senhores de vocações diversas e anseios distintos, e honrava-se a bandeira sob a qual se dispunham a padecer todos os sacrifícios. Nada era garantido e ninguém tinha alguma coisa por suposto. O destino colectivo estava mesmo na bainha da espada de cada um. O que me apavora, porém, não é o perigo imediato, o medo da vertigem, a vista do abismo. É a incerteza. A dúvida quanto a sermos capazes de reagir. Normal seria que a agudeza do tempo presente nos evocasse a memória da pior das tragédias. Soasse a alarme no nosso sentimento colectivo, nos mobilizasse, nos recordasse os

valores que nos formaram. É aí que reside a dúvida de que se alimenta a minha angústia. Presos a um comodismo que tresanda a fim de império, ocupados a contar alfinetes e não espingardas, não conseguimos ver para além de nós mesmos. Ignoramos a ameaça. E os poucos que a pressentem não reconhecem o que nos une. Não descobrem no horizonte o pendão que aceitaríamos como mortalha. Não conhecem honra nem glória. Não aceitam renúncia nem sacrifício. Não sabem o que fomos e não fazem a mais pequena ideia do que devíamos ser. Párias de um sistema político caduco mas que os foi saciando, não distinguem o trigo do joio. Mostram-se totalmente incapazes de formular um juízo de exigência. De impor a decência. Hoje, pouco mais nos une do que a infelicidade de nos sabermos pagadores de impostos. Desconhecemos de onde viemos e não estamos particularmente interessados em saber para onde nos carregam. Hoje, só vê o arame em que a nossa dignidade instavelmente se tenta equilibrar quem tiver mais do que apenas olhos plantados na cara. Entretanto, uma coisa é certa: a república já tem um século e, se lá chegarmos, teremos eleições presidenciais em Janeiro...

Nuno Pombo

Regularização de quotas:

Apelo!

Sabia que

toda a nossa actividade é financiada
pelas quotizações dos sócios?

Cumpra a sua parte,
ajude-nos a servir Portugal!

Contacte-nos, 213 428 115

Correio electrónico: secretariado@reallisboa.pt Sítio na Internet: www.reallisboa.pt



Centenário da República

VAMOS FAZER HISTÓRIA!

*a república restringiu em muito o sufrágio,
ao abolir o direito de voto dos analfabetos*

O Centenário da República, comemorado com uma boa dose de celebração palavrosa e inócua, não se pode dizer que ficasse reduzido a esses momentos festivos e passageiros que assinalam a passagem de todas as grandes datas. O acontecimento distinguiu-se por uma verdadeira torrente de exposições, artigos, conferências, debates e comentários, em todos os meios dotados de elevada ou reduzida visibilidade. A república ficou verdadeiramente exposta aos olhos do público, e com tal abundância de imagens que se poderia suspeitar de uma autêntica reconciliação com o passado, perdidos os pudores que caracterizaram por tanto tempo as relações do

Republicanismo com o seu passado. Mas se as imagens foram muitas, também as ausências o foram, e a torrente de dados posta à vista de todos veio sempre envolta em espessa nuvem de explicações, justificações, interpretações e dissertações, que mostram estarmos ainda a meio de um tortuoso caminho, onde se enfrentam as escolas de pensamento que pugnam pelo domínio da memória. Para se perceber o significado das comemorações centenárias, e a sua importância para as correntes intelectuais que tutelam a sociedade portuguesa, é preciso lançar os olhos sobre o que viram e contaram os historiadores nos últimos cinquenta anos.

A evolução dos estudos históricos, no tocante à república portuguesa, assemelha-se aos movimentos de um exército que abandona território conquistado, sob a condução de hábeis oficiais que têm ordem de recuar tão lentamente quanto possível, cedendo apenas aqueles pontos cuja defesa se tenha tornado insustentável. Até 1960, a história da república foi evocada, estudada e publicada em obras de carácter comemorativo, inspiradas por fogosos militantes do republicanismo anti-fascista, como Lopes de Oliveira, David Ferreira, Carlos Ferrão e Raul Rego. Estes aguerridos defensores da república faziam da sua escrita um acto de resistência ao Estado Novo, tendo por objectivo confesso vincar o contraste entre a liberdade que vigorara até 1926 e a repressão que se abatera sobre a nação portuguesa desde o golpe de 28 de Maio desse ano. Salvo raras excepções, de que a mais importante foi a "História de Portugal" dirigida por Damião Peres, as obras que se debruçavam sobre a república e o republicanismo tinham, pois, abertas intenções apologéticas, justificativas ou comemorativas, e defendiam com a mais crédula e ingénua satisfação a grandiosa "obra" do regime a que chamavam a "república democrática". A ideia republicana tinha sido "sementeira de ideias e princípios que frutificou esplendidamente". Os políticos republicanos eram "exemplo de isenção, desinteresse, devoção cívica e fraterna compreensão das necessidades dos seus compatriotas". E, proclamada a república, o país inteiro não só "aderiu ao novo regime com um entusiasmo indescritível", como "ofereceu ao mundo um espectáculo impressionante de unidade que irmanou as classes e os indivíduos num amplexo confiante". Assim se contava a implantação do regime na "História da República" de Carlos Ferrão, o mais importante e volumoso estudo comemorativo do cinquentenário da revolução de 5 de Outubro.

É pelos meados da década de 1960 que o estudo da implantação da república, do ideário republicano e dos principais protagonistas da mudança de regime, ganha espaço próprio nos estudos universitários, pela mão de novas gerações com ligação efectiva ao republicanismo, embora empenhadas na construção de uma historiografia com cariz científico. Os estudos de Oliveira Marques, que dominarão a investigação académica nesta matéria durante os 20 anos seguintes, vão-se publicando desde finais dos anos 60 a um ritmo acelerado, acompanhados da publicação de grande massa de documentos, o que consolida a sua posição como autoridade suprema no assunto. Dirigindo equipas universitárias que encaminhou a estes estudos, é ele que eleva a 1ª república à categoria de tema apropriado a teses de mestrado e doutoramento, revelando a importância e extensão do trabalho a fazer. Mas apesar dos sólidos alicerces documentais e estatísticos em que se apoia, esta escola de investigação histórica caracteriza-se ainda por um tom benévolo, em que facilmente se reconhece a vontade de fazer testemunhar os documentos e os números a favor da república. Oliveira Marques tenta dar uma eloquência republicana aos números que pacientemente compulsou, propondo, por exemplo, um inédito conceito de "representatividade" tirado do número de deputados. O primeiro parlamento da república teria, segundo ele, maior representatividade que os da monarquia, porque o número de 234 deputados componentes da Assembleia Nacional Constituinte significava a existência de um deles por cada 27 000 habitantes do país, enquanto anteriormente havia 1 por cada 40 000 habitantes. Este argumento pareceu-lhe tão bom que o repetiu em meia dúzia de obras, embora reconhecendo que essa presumível representatividade durou poucos meses, pois os 71 membros do senado foram escolhidos entre os 234 deputados, passando a haver, pois, um deputado por 36 000 habitantes. E depois de reconhecer que a república restringiu em muito o sufrágio, ao abolir o direito de voto dos analfabetos, conclui, mesmo assim, que o novo regime, ficando ainda longe do sufrágio universal, representou um grande avanço no respeitante à representação da vontade nacional. Com os documentos publicados operou-se o mesmo método de selecção. Vendo em Afonso Costa "o mais hábil e dotado dos estadistas da República", Oliveira Marques interpreta o pensamento e as intenções deste político a partir dos seus discursos parlamentares, concluindo que a tolerância era o mais importante dos seus princípios, e o povo miúdo a sua grande preocupação. A publicação da tese de doutoramento de Vasco Pulido Valente, "O Poder e o Povo", em 1974, fez o efeito de uma granada explodindo no meio de um exército bem alinhado. Recusando-se a ver qualquer tipo de idealismo tanto no campo republicano como no monárquico, este autor, com a sobrançeria que o tornou famoso, submete toda a época da propaganda e proclamação da república a uma análise irónica, em que os actores são caracterizados como um bando de ambiciosos sem escrúpulos, cínicos e hipócritas, que se instala no poder substituindo outro bando com as mesmas características.





Mas os pontífices da historiografia académica procuraram limitar os efeitos destrutivos desta obra, apontando-lhe inúmeros defeitos de método, e atribuindo-lhe uma classificação depreciativa, afixada nos manuais e guias de estudo que orientaram muitas gerações de estudantes. "Trabalho altamente discutível, quer no método utilizado, quer nas premissas e nas conclusões apresentadas", foi como o "Guia de História da I República", de Oliveira Marques, classificou "O Poder e o Povo", repetindo-se este veredicto, palavra por palavra, em várias obras publicadas pela equipa do mesmo professor. Nos anos 80, a Faculdade de Letras de Lisboa abriu uma nova frente da historiografia republicana, sob a orientação do professor João Medina, autor e coordenador de extensa produção científica, de que merece destaque uma "História de Portugal" em 15 volumes, profusamente ilustrados. Esta escola deu um passo assinalável no abandonar de posições tradicionais da historiografia republicana, e fê-lo porque julgou ter encontrado a justificação fulcral de todos os "erros" que mancharam a vida do regime: Os "adesivos", tema predilecto desta escola historiográfica, são a causa e a justificação dos "fracassos" da república. Foram eles, com a sua rapacidade materialista, que corromperam o idealismo republicano, segundo a interpretação do professor Medina. Mantendo-se fiel ao núcleo central do republicanismo, isto é, à presunção do idealismo como característica distintiva da aspiração republicana, reconhece João Medina que "a ambiciosa revolução sonhada se gorou" e que a república foi um "sonho progressivamente apodrecido", falando ainda do "caos do decepcionante regime novo". Ao contrário dos seus antecessores, não se perde na defesa das leis anticlericais nem na negação de episódios sangrentos, que condena com duras

palavras. Mas da podridão do regime faz responsável suprema a legião dos novos convertidos, daqueles que abandonaram a monarquia: "ai está a legião dos Adesivos, a grunhir às portas do novo regime proclamado em 1910, forçando os seus portões, entrando por eles dentro, conspurcando os seus sonhos de pureza e barrela, sujando tudo e todos". Nos anos 90 a proliferação dos cursos universitários, das teses de mestrado e de doutoramento, fez nascer autênticos especialistas em aspectos parcelares da história da república, produzindo-se então importantes trabalhos sobre o movimento operário, o sidonismo, o sistema eleitoral e o caciquismo, a participação na guerra, a situação das mulheres e a questão religiosa. O efeito geral destes trabalhos foi o conhecimento pormenorizado da acção republicana em vários domínios, desvanecendo-se na maior parte deles a possibilidade de uma interpretação idealista, face à documentação publicada. Afonso Costa aparece retratado como o maior inimigo do movimento operário, o "racha-sindicalistas", como lhe chamavam os jornais. E ao mesmo tempo vê-se elevado ao lugar de supremo cacique eleitoral, depois de minuciosos estudos se terem debruçado sobre as eleições na I república. Enquanto se fazia uma pormenorizada devassa da vida política no regime republicano, vários historiadores ligados ao Instituto de Ciências Sociais, como Rui Ramos, Vasco Pulido Valente, Maria Filomena Mónica e Maria de Fátima Bonifácio, publicaram estudos sobre o fontismo, o franquismo, o reinado de D. Carlos e a transição para a república, onde transpareciam muitos dos benefícios trazidos ao país na vigência do regime monárquico, e a lastimável situação a que a república reduziu a nacionalidade portuguesa. A aproximação do centenário da república foi vista desde cedo, nos meios que cultivam a herança republicana, como a oportunidade de a apresentar renovada, infundindo-lhe vigor e cativando para ela novos admiradores. O republicanismo maçónico mais ortodoxo, representado na Associação República e Laicidade, apresentou em 2008 o seu projecto de comemorações, incluindo nas tarefas a cumprir o combate à "ideia negativa" sobre a 1ª república, que, segundo eles, o Estado Novo difundira e a ignorância popular conservara até aos nossos dias. Mas a tentativa de associar a visão "negativa" da I república à ignorância popular não colheu apoios nos meios universitários, e os historiadores convocados a pronunciarem-se sobre a matéria da sua especialidade exprimiram-se com científica contundência a respeito dos fracassos do regime, o que comprova a perda de influência da perspectiva maçónica nos círculos académicos. Houve uma outra força ideológica, com peso na universidade e na comissão oficial das comemorações, que desde 2009 procurou traçar os limites e os contornos de uma revisão da história da república. O professor Fernando Rosas e a professora Fernanda Rolo, sentindo a necessidade de barrar o caminho a uma "corrente monárquica e conservadora" que em 2008 se manifestara na vida pública portuguesa, por ocasião do centenário do regicídio, reuniram a equipa de investigadores da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, e apresentaram a versão

universitária e republicana de uma nova "História da República". Na introdução desta obra denuncia-se a existência da dita "corrente monárquica e conservadora", e acusa-se a mesma de copiar as teses do Estado Novo a respeito da I República, afirmando-se que seria trágico se prevalessem, nas comemorações do centenário, interpretações como aquela. E em seguida, pretendendo construir uma nova síntese da história da república, adianta-se desde logo uma interpretação, demonstrando o carácter moderno e sociologicamente necessário do novo regime. Deixa-se cair a tese da representatividade democrática da república, pondo-se em lugar dela a adequação do regime às novas classes industriais e urbanas surgidas em finais do século XIX, enquanto se proclama a decadência "inexorável" do regime monárquico, a sua falta de legitimidade e o seu carácter oligárquico. Mas nem todas as teses desta introdução se mostram consistentes ao longo das páginas que se lhe seguem, e o desenvolvimento dos temas veio por vezes revelar a fragilidade das hipóteses avançadas. Os coordenadores da obra afirmam, por exemplo, que a opção do Partido Republicano Português pela conquista violenta do poder foi tomada depois de lhe ter sido "bloqueada a via eleitoral". Mas vários colaboradores deste volumoso livro falam dos triunfos eleitorais do PRP e da sua contínua progressão nas urnas, ao longo dos anos que precederam o 5 de Outubro. Se as teses deste novo republicanismo universitário não conseguiram converter todos os membros da equipa reunida em 2009, menos ainda conseguiram impor-se aos historiadores que saíram do seu recolhimento em 1910 e tomaram a palavra em todos os púlpitos e tribunas espalhados pelo país, difundindo a sua sabedoria a um povo subitamente disposto a ouvir falar da república. Os livros, artigos e conferências que se sucederam em enxurrada, foram ainda caracterizados por grande temor reverencial, respeitando quase sempre os títulos de idealista e sonhador que o activismo republicano se atribuiu a si mesmo. Falou-se de esperanças traídas, de erros, violência, golpismo e conspiração, desastre, desilusão, mas sempre tendo por pano de fundo a presunção de pureza, inocência e generosidade nas intenções. Nos artigos que o "Público" apresentou em Setembro deste ano, os professores Fernando Rosas e Fernanda Rolo trazem uma nova interpretação do fracasso da república, falando dos seus erros capitais, dos seus "pecados", e procurando explicar como foi que os descaminhos do regime, a restrição e manipulação do sufrágio e muitos outros erros políticos, lhe tiraram o apoio popular e tornaram o regime "presa fácil das direitas antiliberais". Verifica-se assim que, mesmo depois de ter dado os mais duros desmentidos a tudo o que prometeu – liberdade de imprensa, sufrágio universal, pacifismo, federalismo, apoio às classes humildes – o regime republicano continua a ser descrito com a linguagem da inocência: ele, apesar dos meios violentos que sempre usou, apesar dos votos que manipulou, dos padres que perseguiu e da repressão que empregou contra o movimento sindical, foi "presa fácil" de outros quadrantes ideológicos, que se presumem predadores, e portanto mais agressivos ou

mesmo depois de ter dado os mais duros desmentidos a tudo o que prometeu – liberdade de imprensa, sufrágio universal, pacifismo, federalismo, apoio às classes humildes – o regime republicano continua a ser descrito com a linguagem da inocência: ele, apesar dos meios violentos que sempre usou, apesar dos votos que manipulou, dos padres que perseguiu e da repressão que empregou contra o movimento sindical



desonestos por natureza, enquanto a república só o terá sido por acidente. O núcleo original e puro do republicanismo português vai-se, assim, reduzindo ao vago conteúdo de discursos e proclamações, a um sonho que insistentemente se afirma ter existido, embora sem efeito algum sobre os actos dos que o sonharam. E neste caso único, os historiadores abrem mão do costumeiro cepticismo com que por dever profissional examinam as palavras dos políticos, dando um crédito excepcional às proclamadas intenções dos fundadores da república.

Carlos Bobone



Levantados do Chão

Fotografia: Real Associação de Viseu

XVI CONGRESSO da Causa Real

Realizou-se em Viseu, no Teatro Viriato, o Congresso da Causa Real, que pela primeira vez aliou um período reservado aos seus associados, com a apresentação do Relatório e Contas e a eleição de novos membros para a Direcção, em substituição de elementos que saíram por razões pessoais e profissionais passando a integra-la os Dr. Sérgio Rau Silva, Dr. Miguel Esperança Pina e João Távora, a apresentação de moções e declarações sobre a estratégia da Causa Real e um período aberto a todos os monárquicos, com a realização de palestras e a discussão dos temas apresentados, que foram muito participadas pelas cerca de 200 pessoas presentes. Foram oradores o Prof. Doutor Nuno Gonçalves da Cunha, sobre as razões da sua recente adesão ao ideal monárquico, Prof. Doutor José Adelino Maltês, sobre a Democracia e Monarquia, Dr. Carlos Bobone e João Távora,

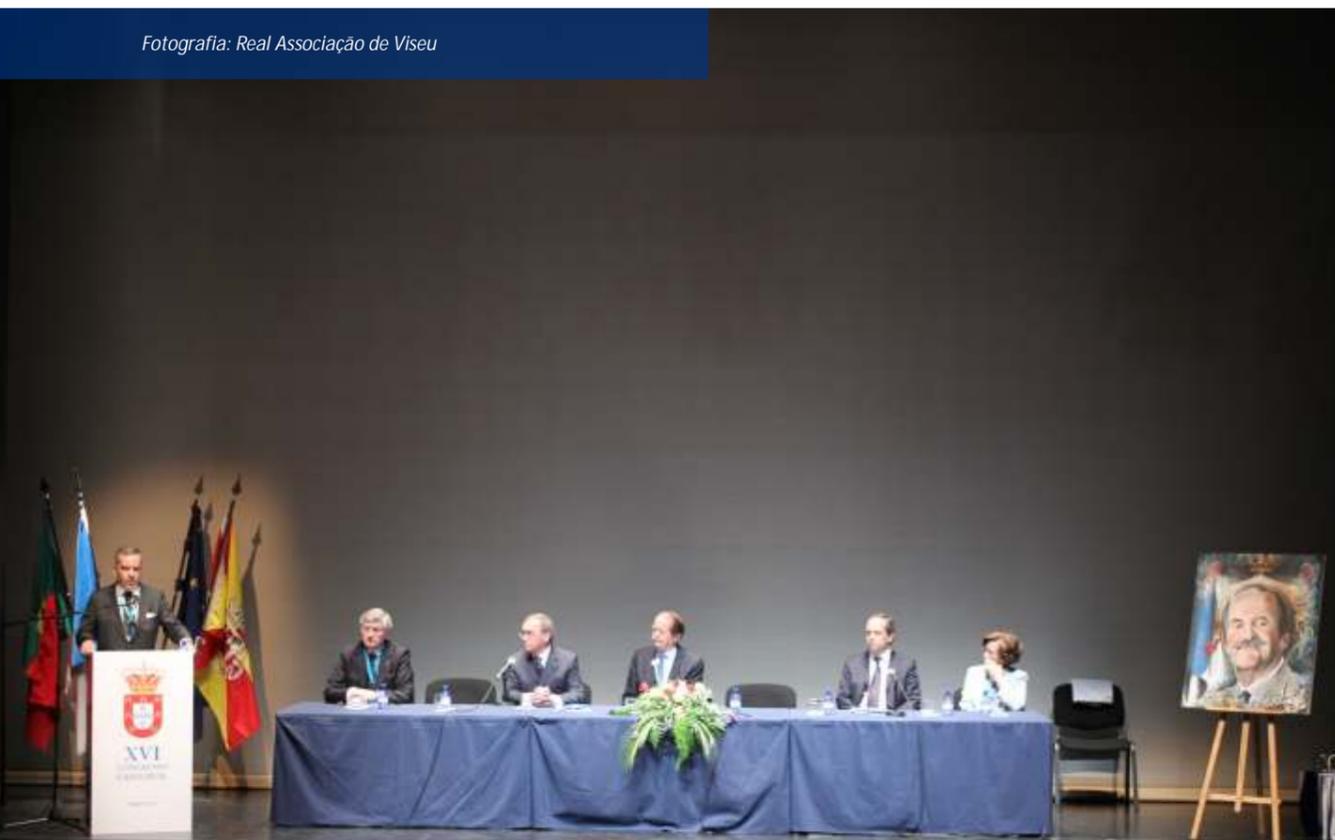
sobre o Terrorismo político no advento da proclamação da República e Dr. Rui Monteiro, sobre a Esquerda e a Monarquia. No segundo dia interveio o Dr. José Valle de Figueiredo, que falou sobre a Monarquia e o Municipalismo. Na sessão de encerramento, usaram da palavra o Presidente da Causa Real, Dr. Paulo Teixeira Pinto e Sua Alteza Real o Senhor Dom Duarte, Duque de Bragança, que fez um apelo à intervenção dos monárquicos junto de todos os portugueses num trabalho no terreno para esclarecimento das virtualidades da Monarquia. No fim do primeiro dia de trabalhos realizou-se uma marcha desde o Teatro Viriato até ao Rossio, com todos os participantes empunhando bandeiras nacionais azuis e brancas e distribuindo -as à população que assistiu à sua passagem, onde na Câmara Municipal o seu Presidente, Dr. Fernando Ruas, recebeu em sessão solene Sua Alteza Real o Duque de Bragança, acompanhado de vários Vereadores. No domingo, dia 20, Sua Alteza Real a Senhora Dona Isabel, Duquesa de Bragança, visitou a Confraria de Santo António, onde a convite da sua direcção foi admitida como congreira. A primeira congreira foi a Rainha Dona Amélia. Seguiu-se um almoço na Casa da Insua, em Penalva do Castelo, presidido pelos Duques de Bragança, que reuniu duzentas pessoas.

Escapando ao massacre noticioso da morte de Saramago, que Deus o tenha, em boa hora me pus a caminho de Viseu para o Congresso da Causa Real, onde, entre congressistas e observadores, se reuniram mais de duzentas pessoas oriundas de todo o país, um acontecimento que a comunicação social fez por ignorar olímpicamente. O facto é que, no coração de Portugal, na bela cidade de Viseu, durante o fim-de-semana de 19 e 20 de Junho, se discutiu o futuro e o sonho duma regeneração de Portugal. Contrariando um país sem ideal ou utopia, encerrado nas suas funestas contas de mercearia e frívolas distrações fracturantes que o condenam à decadência e extinção. Com uma exemplar organização da Real Associação de Viseu personificada no seu presidente e anfitrião Dr. Álvaro de Meneses, durante dois dias, no Teatro Viriato celebrou-se João das Regras, Alexandre Herculano, Almeida Garrett, Venceslau de Lima, Antero de Quental, Carlos Malheiro Dias, João Camossa, Ribeiro Teles, Henrique Barrilero Ruas, Couto Viana e João Aguiar, Almeida Braga, Francisco Sousa Tavares, Sofia Mello Breyner, e tantos outros obreiros do ideal monárquico desta nação quase milenar. Apeliou-se à abnegada militância dos monárquicos em vez de discussões pueris, à intervenção voluntariosa, rua a rua, porta a porta, num

empenhamento esforçado para mater o sonho vivo do resgate de Portugal. Foram contundentes e emocionantes as palavras proferidas pelo homem livre que é José Adelino Maltez. Foram sábias as palavras de José Valle de Figueiredo sobre a monarquia e o municipalismo, o nosso ancestral contrapoder da tendência macrocéfala do Governo Central. E quão pertinente foi a explanação de Rui Monteiro sobre a esquerda monárquica contra o preconceito, a pior barreira à inteligência. No final ficaram a ecoar as tão serenas quanto convictas palavras de Paulo Teixeira Pinto, num desafio ao banqueiro republicano da comissão das festas para um debate franco e democrático sobre a nossa anquilosada república que a todos nos subjuga e empobrece há cem anos. A nós, monárquicos, desafiou-nos à resistência e à acção, como resposta e serviço a um povo sedento de verdade e esperança. Triste é que, enquanto isto, o país mediático, acentua o seu trágico e crescente divórcio com a realidade. Nele se despendem energias e recursos financeiros em inúteis discussões, sobre assuntos fracturantes e... eleições presidenciais! Como se estivesse nessa estéril instituição a solução para a sinistra crise económica e de valores em que o país se afunda. Entre desistir e lutar, há que saber escolher.

João Távora

Fotografia: Real Associação de Viseu



Apeliou-se à abnegada militância dos monárquicos em vez de discussões pueris, à intervenção voluntariosa, rua a rua, porta a porta, num empenhamento esforçado para mater o sonho vivo do resgate de Portugal.

